

KARL POLANYI E A MERCANTILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Manoel Adir Kischener¹
Miguel Angelo Perondi²
Marcelino Armino Monteiro³

Área de conhecimento: Ciências Econômicas
Eixo Temático: Outros temas em Ciências Econômicas

RESUMO

Este artigo estuda a contribuição de Karl Polanyi para o entendimento do processo de mercantilização da sociedade e a análise tem como ponto de partida sua principal obra, *A grande transformação*. O objetivo é demonstrar o entendimento que Polanyi tem a respeito da formação daquilo que veio a chamar sociedade de mercado, ou seja, o amplo processo de submissão da sociedade aos ditames do mercado. Parte-se do livro já mencionado e de revisão de literatura a respeito do autor. A mercantilização se faz presente em todas as instâncias da vida e, a despeito que o neoliberalismo em tempos recentes tenha levado a se assimilar todos os mercados ao *mercado do intercâmbio capitalista*, a contribuição da obra de Karl Polanyi ainda pode explicar porque relações pautadas especialmente na reciprocidade permanecem no mundo rural. Evidenciar o aporte teórico de Polanyi para o entendimento da mercantilização é uma maneira de contribuir para o entendimento das regiões rurais brasileiras e para o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Mercantilização. Teoria da sociedade. Karl Polanyi.

1 INTRODUÇÃO

A mercantilização está presente em todas as instâncias da vida. Conforme Sabourin (2006), a ampla difusão do neoliberalismo, em tempos recentes, fez assimilar todos os mercados ao *mercado do intercâmbio capitalista*, no entanto, há quase setenta anos, Karl Polanyi, um pioneiro, “identificou três formas econômicas de integração social e de alocação de recursos: a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio mercantil, cada um podendo gerar formas específicas de mercado” (SABOURIN, 2006, p. 1).

Exemplo concreto da mercantilização na vida contemporânea, Streeck (2013) cita as moedas, e a integração de países, como o caso do euro, e assim se vale de

¹ Bacharel e Licenciado em História, mestrando em Desenvolvimento Regional na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Câmpus de Pato Branco. manoelkischener@yahoo.com.br

² Engenheiro Agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Rural, Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UTFPR. miguelangeloperondi@gmail.com

³ Bacharel em Administração, Mestre em Desenvolvimento Regional na UTFPR. yuorna@gmail.com



argumento de Polanyi para demonstrar sua atualidade, desta forma a moeda comum do bloco europeu:

atua como força motriz suplementar de uma expansão universal dos mercados e das suas condições que é considerada uma conquista capitalista, uma vez que, recorrendo àquilo que Karl Polanyi designou como '*laissez-faire* planejado' (...), procura substituir, de forma mais ou menos violenta, os Estados e as suas políticas por mercados e pelos seus automatismos autorreguladores (STREECK, 2013, p. 255).

Se a mercantilização, com a globalização e o neoliberalismo estão inclusive nos mais recônditos lugares do mundo conforme ilustra Sabourin (2006) atrás, também é verdade que, especialmente no mundo rural ainda se encontram relações pautadas, por exemplo, na reciprocidade, princípio identificado por Polanyi.

Aliás, sobre a percepção ou não do mercantilização na sociedade, entre outros aspectos, Streeck (2012b) estima os sociólogos econômicos sequer tenham captado a explosão da questão no capitalismo contemporâneo (que deveria ser visto como uma *sociedade* no entender desse autor). Não conseguindo responder a questão: "why people today, being much richer than years ago, work much more and much harder, seems almost taboo"? (STREECK, 2012b, p. 11-12).

Em outra obra o mesmo autor comenta que

sempre que podem – como recorrentemente podem em democracias efetivas –, tendem de uma maneira ou de outra a insistir na primazia do social sobre o econômico, na proteção de compromissos e obrigações sociais contra as pressões do mercado por 'flexibilidade', na expectativa de que a sociedade satisfaça as aspirações humanas a uma vida fora da ditadura dos 'sinais' invisíveis dos mercados. Provavelmente, é esse o fenômeno que Polanyi descreveu em *A grande transformação* como um 'contramovimento' em reação à transformação do trabalho em mercadoria (STREECK, 2012b, p. 38).

Pode-se afirmar que a partir de Polanyi se admite a pluralidade de mercados e, a Nova Sociologia Econômica⁴ difunde.

Para este estudo se considerou o livro "A grande transformação" (POLANYI, 2000) e o artigo "Nossa obsoleta mentalidade mercantil" (POLANYI, 1978), além da revisão de literatura como forma de análise para a reflexão sobre a mercantilização em Karl Polanyi tal como propõe o título.

⁴ Sobre a Sociologia Econômica consulte-se, Wilkinson (2008), especialmente o primeiro item da parte II, p. 85-104 e Graça (2005).



2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na primeira seção mostra-se o contexto da obra de Polanyi à época da mais sangrenta guerra, a Segunda Grande Guerra, e a constituição dos mercados e a mercantilização da sociedade. Na segunda, o alerta do autor, em que pese o contexto da escrita, do perigo iminente do nazismo, sobre a dependência de uma sociedade condicionada ao mercado. Na terceira, a recepção da obra de Karl Polanyi.

2.1 A CONSTITUIÇÃO DOS MERCADOS E A MERCANTILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Karl Polanyi “é mais um personagem da diáspora da elite intelectual-artística judaica centro-europeia quando da ascensão do nazismo. Filho de pais húngaros, nasceu em Viena” (LISBOA, 2000, p. 2), em 25 de fevereiro de 1886, como Károly Pál Pollacsek.

Karl Paul Polanyi faleceu no Canadá em 23 de abril de 1964.

A grande transformação, obra publicada em 1944, foi eleita pelo jornal Folha de São Paulo como um dos 100 mais importantes livros do século XX.

Nesta obra Karl Polanyi elabora seus argumentos e conclusões a partir de estudo da Inglaterra da época da Revolução Industrial, isto é, especialmente no século XIX. Afirma que esta criou um abismo social muito maior do que com os cercamentos (*enclosures*). Nesta ocorreu o início de uma revolução extrema e radical, com uma postura/crença totalmente materialista, isto é, que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com uma quantidade ilimitada de bens materiais.

Para Sachs (1992) “*La Grande Transformation* de Karl Polanyi, uma das obras seminais das ciências sociais contemporâneas, anunciava a morte do liberalismo econômico” morte esta “que, no entender do autor, acarretaria o nazismo” (SACHS, 1992, p. 10).

Portanto, é uma escrita em tempos difíceis, época da Segunda Grande Guerra, talvez por isso o autor invoque constantemente a possível derrocada da sociedade, sem imaginar que ela viveria uma *época de ouro* logo em seguida, pois,



no dizer de Streeck (2012a), ocorreu o estabelecimento completo do chamado “capitalismo democrático”, “à época apenas nas porções ‘ocidentais’ do mundo, na América do Norte e na Europa Ocidental. Ali funcionou muito bem durante as duas décadas seguintes” (STREECK, 2012a, p. 36).

Uma obra, conforme Ambrosini e Filippi (2008) que buscava “ampliar o sentido da economia para além dos dogmas neoclássicos e apreender os processos de produção e trocas estando relacionados ao atendimento de necessidades, não individuais, mas comuns” e, especialmente, “inseridos em um tecido social, onde história, cultura, valores humanos fazem diferença” (AMBROSINI, FILIPPI, 2008, p. 132).

A industrialização, conforme Polanyi transformou a sociedade antes primitiva numa sociedade de mercado, e com isso “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2000, p. 60).

Neste sentido, Reis (1999) alerta que “No alvorecer da era moderna, as diferenciações que a sociedade estabeleceu entre o mercado e o Estado, a filosofia e a ciência, tiveram consequências intelectuais e materiais definitivas na organização social” (REIS, 1999, p. 9), toda uma sociedade, a de *mercado* começava a imperar, a mesma já denunciada por Polanyi.

Conforme Polanyi o “O capitalismo liberal foi com efeito a resposta inicial do homem ao desafio da Revolução Industrial”, criando condições para utilizar a maquinaria criada por esta, pois “transformamos a economia humana num sistema auto-regulado de mercado” (POLANYI, 1978).

A economia de mercado, defende Polanyi, é um sistema auto-regulável, sendo que os preços devem ter a liberdade de se autorregular, assim os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que colher seus lucros no mercado (POLANYI, 2000, p. 60). E este sistema para funcionar, necessitou de condições ainda não existentes, por exemplo, a transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias (PAULILO, 2005).

Por *economia de mercado*, Polanyi entende: “um sistema auto-regulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa” (POLANYI, 2000, p. 62).



Conforme Abramovay (2004, p. 54) “Karl Polanyi mostrou que a ideia de ‘economia de mercado’ nem de longe contém o conjunto das atividades necessárias à reprodução social e à sobrevivência humana”, sendo o sistema econômico dirigido por motivações não econômicas: “Os ‘motivos econômicos’ reinavam num mundo próprio” (POLANYI, 1978).

Sendo que para Polanyi nenhuma sociedade não-capitalista viveu um tipo de sistema econômico baseado no livre intercâmbio, totalmente regulado por mercados (RADOMSKY, SCHNEIDER, 2007, p. 258).

Este propõe que “a econômica do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais”, até porque “Ele não age desta forma para salvaguardar o seu interesse individual na posse de bens materiais”, assim “age para salvaguardar sua situação social, sua exigência social, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos” (POLANYI, 2000, p. 65).

Para sustentar sua tese, Polanyi afirma que todos os sistemas econômicos conhecidos foram organizados segundo três princípios: de reciprocidade, de redistribuição e de domesticidade; ou ainda uma combinação dos três. Sendo que “Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual (...) fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia” (POLANYI, 2000, p. 75).

Nas palavras de Karl Polanyi, *reciprocidade* é de forma simples: “o que se dá hoje é responsável pelo que se toma amanhã”, ou seja, “um toma-lá-dá-cá sistemático e organizado” (POLANYI, 2000, p. 70). *Redistribuição* é com a pessoa do chefe ou outro membro proeminente do grupo que recebe e distribui os suprimentos, especialmente se eles precisam ser armazenados, deve-se ressaltar, no entanto, que muitas vezes o responsável pela redistribuição tentará “aumentar seu poder político através da maneira pela qual redistribui os bens” (p. 71). E o “princípio de *domesticidade* consiste na produção para uso próprio” (idem, p. 73).

Os princípios eram institucionalizados a partir de uma organização social, o lucro não ocupava um papel central, mas sim motivações, como costumes, lei, magia e religião que induziam “o indivíduo a cumprir as regras de comportamento” que “eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico” (idem, p. 75).



Polanyi mostra como se deu a evolução do padrão de mercado, afirmando que “A permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão do mercado”, sendo que “um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda” (POLANYI, 2000, p. 75). O padrão de mercado é mais específico do que a simetria, centralidade ou a autarquia (idem, p. 77).

Explicando esses conceitos, o autor afirma que: *simetria* é um arranjo sociológico que não dá origem a instituições isoladas, apenas padroniza as já existentes. Enquanto que *centralidade* “não implica na motivação que particulariza a instituição resultante para uma função específica única” e, a “*autarquia* econômica é apenas um traço acessório de um grupo fechado existente” (POLANYI, 2000, p. 77, ênfase acrescida).

Dentro de um sistema de mercado, continua Polanyi “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 77). Sendo assim, num sistema econômico que é organizado em instituições separadas, “A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione com suas próprias leis”, ou seja, finaliza com a frase lapidar: “uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado” (idem).

No entanto, conforme Silva, *et all* (2011, p. 96) comentam que “É oportuno salientar que Polanyi não se volta contra os mercados ou o comércio e nem os questiona”, apenas afirma que a sociedade de mercado, um tipo peculiar e sem precedentes na História, é uma construção artificial administrado pelo corpo social e, não é um processo natural.

Neste mesmo sentido, Carvalho (2011, p. 15) afirma que “Polanyi não acentua a questão da racionalidade econômica para diferenciar o mundo antigo do moderno”. Sendo que, para Karl Polanyi os mercados não estão associados ao desenvolvimento em particular, de forma que a presença ou ausência de mercados ou de dinheiro não afeta necessariamente o sistema econômico de uma sociedade primitiva, por exemplo. Confirmando que “Os mercados não são instituições que funcionam principalmente dentro de uma economia, mas fora dela” (POLANYI, 2000, p. 78).



Polanyi exemplifica em três tipos os mercados. E estes diferem nas suas funções: mercado local, mercado nacional e mercado externo. O *mercado local* é aquele que não gera competitividade baseado principalmente na permuta, “são essencialmente mercados de vizinhança” (POLANYI, 2000, p. 83). O *mercado externo* também não gera competição, se trata da compra e venda de bens não produzíveis de um país para outro (p. 84-85). E o *mercado nacional* ou interno nasce pela pressão do atacadista capitalista que pretendia expandir os mercados, assim o estado territorial passa a se projetar como instrumento da nacionalização do mercado, criando o comércio interno. Este mercado passou a ignorar “a distinção entre cidade e campo, assim como as que existiam entre cidade e províncias” (p. 86).

Com estas pressões dos atacadistas e a ação do estado territorial ocorre “A ‘libertação’ do comércio levada a efeito pelo mercantilismo apenas liberou o comércio do particularismo, porém, ao mesmo tempo, ampliou o escopo da regulamentação” (POLANYI, 2000, p. 88), assim, afirma: “O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os *mercados eram apenas um aspecto acessório* de uma estrutura institucional”, que era “controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social” (idem, ênfase acrescida).

Ao comentar sobre o mercado auto-regulável e as mercadorias, Polanyi afirma que “Uma econômica de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados”, em que toda “a ordem e a distribuição dos bens é confiada neste mecanismo auto regulável, (POLANYI, 2000, p. 89)” assim a ordem de produção e a distribuição de bens é assegurada apenas e somente pelos preços (idem, p. 90).

Sendo assim, “A auto-regulação significa que toda produção é essencialmente para a venda” e para o mercado, e assim todos os rendimentos derivam de tais vendas. Com isso o autor coloca que há mercado não apenas para os bens, mas também “para o trabalho, a terra e o dinheiro”, sendo seus preços chamados de salários, aluguel e juros (POLANYI, 2000, p. 90).

Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, inclusive trabalho, terra e dinheiro. No entanto trabalho e terra envolvem mais que uma simples mercadoria, são os próprios seres humanos e seu ambiente



natural nos quais consistem as sociedades, desta forma, tê-los como mercadorias é deixar a sociedade a mercê das leis do mercado (POLANYI, 2000, p. 93).

Para Polanyi o ponto crucial nestas considerações é que trabalho, terra e dinheiro são essenciais à indústria e eles têm que ser organizados em mercados, mas “obviamente não são mercadorias” (POLANYI, 2000, p. 94). Nenhum deles é produzido para a venda, assim eles serão considerados mercadorias fictícias.

O autor alerta que se os três fossem somente regulados pelo mercado, simplesmente “resultaria no desmoronamento da sociedade” (POLANYI, 2000, p. 94). Nenhuma sociedade poderia suportar os efeitos deste sistema, a menos que “a sua substância humana natural, assim como sua organização de negócios, fosse protegida contra assaltos desse moinho satânico” (idem, p. 95).

Pois, “nem mercados são autorreguláveis, nem governos têm a capacidade de regular, sem que, em ambos, haja margem para escolhas individuais socialmente enraizadas” (VINHA, 2001, p. 217).

Conforme Polanyi “Como o desenvolvimento do sistema fabril se organizara como parte de um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento” (POLANYI, 2000, p. 97), desta forma a ficção de serem produzidos tornou-se princípio organizador da sociedade, pois, “Seguindo este raciocínio, a sociedade humana tonara-se acessório do sistema econômico (idem, p. 97)”

Karl Polanyi afirma que o progresso é feito à custa da desarticulação social e se o ritmo é exagerado, a comunidade pode sucumbir durante este processo. O autor acredita que ao contrário do que ocorreu com a intervenção da coroa nos cercamentos, o povo comum da Inglaterra não foi protegido e o resultado foram efeitos “terríveis, quase indescritíveis” (POLANYI, 2000, p. 98).

O autor é bastante crítico quando afirma que “A sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns contramovimentos protetores que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo” (POLANYI, 2000, p. 98), ou que “Fora dos Estados Unidos, já não se pode quase dizer que o capitalismo liberal continue a existir” (POLANYI, 1978).

Lembrando aqui o contexto da escrita, quase que fatalista de Polanyi, à época da Segunda Grande Guerra (1938-1945), sem imaginar a consolidação daquilo que já foi citado, atrás, em Streeck (2012a, p. 36), como um “capitalismo democrático”,



uma época de intenso desenvolvimento, especialmente na Europa Ocidental e Estados Unidos, aquilo que este mesmo autor chama de “democracias ricas do mundo ocidental” (STREECK, 2013) e, que Polanyi escrevia reivindicando “una política del sustento” e “otra ciencia economica”, conforme Prieto (1996, p. 32), pois eram anos do keynesianismo.

2.2 DOS RISCOS DE UMA SOCIEDADE DEPENDENTE DO MERCADO

Karl Polanyi entende que a civilização do século XIX foi destruída, graças às medidas que a sociedade adotou para controlar o mercado auto-regulado. Para o autor a sociedade deve se proteger quando ameaçada de ser aniquilada, mas entende que a sociedade industrial deve se subordinar às exigências da natureza do homem e não voltar-se para o autointeresse do lucro puro (POLANYI, 2000, p. 289).

Polanyi critica os pensadores do século XIX que naturalizaram e reduziram o homem ao aspecto econômico e que a sociedade naturalmente deveria subordinar-se a esta lógica. Recorre a historiadores e antropólogos modernos para mostrar que mesmo os mercados quando desenvolvidos visavam mais do que só a economia, e sim alcançar outras finalidades não econômicas (POLANYI, 2000, p. 290-291).

Neste sentido, Carvalho (2011) afirma que “Segundo Polanyi, nas sociedades primitivas, as transações econômicas não estão salvaguardadas em instituições especificamente econômicas”, estas “estão imbricadas (*embedded*) na esfera do parentesco, do Estado, do mágico e da religião, estas esferas são originadoras dos sistemas de *status*, dos quais as transações econômicas eventualmente tendem a desgarrar-se” (CARVALHO, 2011, p. 13).

Conforme o autor a retirada do trabalho, da terra e do dinheiro do mercado, é “um ato uniforme apenas do ponto de vista do mercado, que lidavam com eles como se fossem mercadorias”, pois do “ponto de vista da realidade humana, aquilo que é restaurado pelo desmantelamento da ficção mercadoria está em todas as direções do compasso social” (POLANYI, 2000, p. 292).

O autor ainda afirma que “O fim da sociedade de mercado não significa, de forma alguma, a ausência de mercados” (POLANYI, 2000, p. 292). “Estes continuam, de várias maneiras, a garantir a liberdade do consumidor, a indicar a mudança da demanda, a influenciar a renda dos produtores” (idem, p. 292-293).



Polanyi diz que “A procura de uma democracia industrial não é apenas a procura de uma solução para os problemas do capitalismo”, originados na Revolução Industrial, mas que “É a procura de uma resposta para o problema criado pelo próprio fato da indústria” (POLANYI, 1978).

A liberdade era muito restrita nas sociedades de mercado, sendo que os países se inserirem no mercado internacional tinham que aceitar seus ditames. Os países em desenvolvimento tinham menor margem para definir seus próprios rumos de forma diferente (POLANYI, 2000, p. 293). E, que, aí residia o problema concreto de nossa civilização. E, a “tal reorganização requer uma liberdade interior para a qual estamos muito mal preparados” (POLANYI, 1978). Neste sentido, Foucault (1994) também alerta, que “Os homens sempre sonharam com máquinas liberadoras. Mas estas máquinas, por definição, não existem” (FOUCAULT, 1994, p. 140).

Polanyi faz distinção em dois níveis de liberdade, um relacionado às instituições sociais que implica em ampliar ou reduzir as liberdades das pessoas e outro nível que classifica como mais profundo e difícil de atingir que é mais ligada a moral e a religião (POLANYI, 2000, p. 294).

Comenta o autor que só atingiremos a liberdade que procuramos se entendermos a sociedade atual na sua complexidade. Em uma sociedade de natureza complexa as instituições podem ampliar as liberdades para as classes menos favorecidas pelas riquezas, tendo mais segurança, cultura, educação, etc.; e isso implica no oposto em relação às classes mais ricas (a perda das liberdades). O mercado por si só não garante essa regulamentação (ampliação ou diminuição das liberdades) como já se provou por mais de um século (POLANYI, 2000, p. 295).

Além dos direitos gerais formais tem-se que garantir direitos dos indivíduos, como ao trabalho, a opinião à religião etc. Polanyi afirma que as liberdades individuais não podem perder em nada o que já se conquistou, ao contrário, devem ser ampliadas e o direito de contestação deve ser garantido plenamente (idem, p. 295-296).

Mesmo em prejuízo à eficiência na produção, na economia de consumo, na racionalidade administrativa, deve-se preservar a todo custo a liberdade e os direitos das pessoas, numa sociedade industrial (POLANYI, 2000, p. 295-296).



Mas o autor confirma dizendo que se na sociedade de mercado, a liberdade era bastante restritiva, agora não é possível avançar ao máximo, ampliar a justiça a níveis nunca vistos, se deve ter cautela (POLANYI, 2000, p. 295-296). Critica que a sociedade foi levada a acreditar que “os incentivos sobre os quais a nossa vida cotidiana está organizada provêm das motivações ‘materiais’” apenas e, que isso só valeria para aquela economia, do século XIX, distanciando-se mais ao passado “tal ponto de vista não passava de um anacronismo” (POLANYI, 1978).

Também critica os liberais por terem reduzido a liberdade apenas à dimensão econômica de relação entre produtores e consumidores portadores de vontades individuais, e que não levavam em conta a sociedade como um todo orgânico e complexo, implicando relações sociais mais amplas que as puramente econômicas (POLANYI, 2000, p. 297).

Neste sentido, no entender de Lisboa (2000) “A solução liberal (ou mesmo anarquista) é extremamente perigosa”, concordando com Polanyi, o autor afirma que “Somente através de uma regulação social sobre o mercado e que delimite a voracidade dos capitais privados e dos indivíduos solipsimistas⁵”, mesmo que restringindo a liberdade de alguns cidadãos “é que será possível criar uma liberdade mais ampla para todos” (LISBOA, 2000, p. 11).

Também Streeck (2012a), estudando o capitalismo recente, vai ao encontro da ótica pouco animadora de Polanyi, afirmando que “os riscos parecem estar se ampliando, tanto para a democracia quanto para a economia. Desde a Grande Depressão, os formuladores de políticas raras vezes – talvez jamais – depararam com tanta incerteza como hoje” (STREECK, 2012a, p. 53).

Karl Polanyi ainda busca argumento nas questões do poder de estado e do valor econômico, que derivam da vida social e não só das relações individuais. O poder existe para ser exercido em prol de garantir a permanência social e a regulação social, sendo que a opinião individual das pessoas é importante e deve ser levado em conta para exercer tal poder (POLANYI, 2000, p. 299).

Porém depois da grande crise de 1998, Streeck (2012a) afirma que “na atual crise a democracia está tanto em risco quanto a economia, se não mais”, pois, “Não só a ‘integração sistêmica’ das sociedades contemporâneas – ou seja, o

⁵ Termo associado ao solipsismo, que conforme Abbagnano (2007) seria a ideia da “Tese de que só eu existo e de que todos os outros entes (homens e coisas) são apenas idéias minhas” (ABBAGNANO, 2007, p. 918).



funcionamento eficaz de suas economias capitalistas – precarizou, mas também sua ‘integração social’” (STREECK, 2012a, p. 54).

Por fim, Polanyi afirma que a liberdade está em reconhecer a realidade da sociedade industrial e resignar-se a esta realidade, que é complexa, mas permite pela participação consciente das pessoas, a tomada de decisões (POLANYI, 2000, p. 301).

Avançado à sociedade atual, talvez o perigo dos mercados seja maior, lembrando que Polanyi “não foi capaz de transpor sua teoria para o sistema capitalista do século XX” (VINHA, 2001, p. 221), pois, “os mercados’ passaram a ditar por vias sem precedentes o que Estados supostamente soberanos e democráticos ainda podem fazer por seus cidadãos e o que devem lhes recusar” (STREECK, 2012a, p. 54).

Reis (1999) analisando o *bug* do milênio, em relação, inclusive com as ciências, afirma que temos agora uma nova situação de artificialidade: “a mera intenção de comprar e vender é suficiente para substituir o dinheiro. A artificialidade da moeda virtual parece colocar em sério risco a vida da sociedade”, sendo que, “A instabilidade do mercado financeiro tornou-se, no momento, a maior e mais ampla ameaça à vida das diferentes sociedades”, a ameaça do mercado paira sobre a sociedade (REIS, 1999, p. 10).

Parafraseando a obra polanyana, a autora afirma: “invocando Polanyi e a autoproteção da sociedade, estou usando um discurso anacrônico para falar dos novos problemas que nos afligem e que, desse jeito, estou precisamente comprando o risco do *bug* do milênio” (REIS, 1999, p. 10).

2.3 A RECEPÇÃO DA OBRA DE KARL POLANYI

Karl Polanyi “é um autor ainda pouco conhecido no Brasil”, conforme Schneider e Escher, mas o interesse por sua obra é crescente (2011, p. 187).

Dentre as críticas a obra de Polanyi, Abramovay (2004) enfatiza que o este não teria estudado “o próprio mercado como realidade sociológica, abrir sua caixa-preta e examinar os vínculos sociais de que é feito” (ABRAMOVAY, 2004, p. 55).

Lima (2013), a respeito de textos antropológicos de Polanyi, comenta que “os especialistas da colonização europeia criticaram por vezes virulentamente a ideia de



passividade das colônias perante um processo que teria sido estritamente ocidental”, e também “a visão redutora que Polanyi tem sobre as relações entre os colonos e os colonizados” (LIMA, 2013).

Na mesma linha da autora acima, Wilkinson (2002) afirma que sua interpretação histórica tem sido sujeita a muitas críticas, mas, “suas distinções entre economia e mercado, a sua identificação das distintas formas de intercâmbio de bens e serviços e a sua caracterização da dinâmica peculiar das mercadorias fictícias têm sido incorporadas”, especialmente na Sociologia Econômica e tendências parecidas como no grupo MAUSS⁶ (WILKINSON, 2002, p. 811).

Entre estudos e pesquisas que tem utilizado da obra de Karl Polanyi, Silva, *et al* (2011) estudando uma associação no município de Currais Novos – RN, concluíram que “podem ser encontrados formas de organização social fundamentadas nos princípios levantados por Karl Polanyi, dentro de uma realidade de Economia Solidária”, mesmo sendo difícil de visualizar dentro da realidade econômica do século XXI, no “Povoado Cruz, é visível que, mesmo dentro de um contexto de economia de mercado, estes princípios são vivenciados” (SILVA, *et al*, 2011, p. 105 e 104).

A própria Dora de Lima fazendo “A análise dum fenômeno aparentemente puramente político – as alianças diplomáticas entre os governadores portugueses e os sobas em Angola – à luz da ideia de desincrustação/incrustação desenvolvida na economia política de Polanyi”, confirma que se “põe em relevo as porosidades das fronteiras que separam os sistemas fiscais (o tributo) e os sistemas diplomáticos (o mimo/presente)”, enfatizando a relevância de sua obra (LIMA, 2013).

Já Santos (2004) consegue ver na emergente “Economia Solidária” princípios estabelecidos pela obra polanyiana: “Na ‘economia solidária’, o princípio da reciprocidade aparece ao lado do mercado e da redistribuição, adquirindo o papel que tinha antes de ter sido ofuscado pelos outros dois princípios” (SANTOS, 2004, p. 12).

Sachs (1992) afirma que “No plano teórico, a obra de Polanyi oferece um apoio sólido à crítica do reducionismo economicista e à introdução de juízos de valor

⁶ Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais, criado em 1981 na Europa, a respeito deste conferir Leite (2007) e Martins (2008).



qualitativos que autorizem a distinção entre desenvolvimento e mal desenvolvimento” (SACHS, 1992, p. 13).

O desafio de Polanyi, conforme Ambrosini e Filippi (2008), citando North⁷ (1997, p. 51), “é demonstrar que na história do mundo ocidental, a não ser por um período breve de tempo, os mercados [não] dominam a alocação de recursos”, desta forma, “todo o aparato, tanto neoclássico, quanto marxista não dá conta de explicar senão de ‘uma ínfima porção de uma longa história de 5.000 anos’” (AMBROSINI, FILIPPI, 2008, p. 131, com acréscimo).

No entanto, “apesar de Polanyi ter fornecido alguns dos mais contundentes argumentos para a inexistência de um mercado inteiramente auto-regulável, não foi capaz de transpor sua teoria para o sistema capitalista do século XX” (VINHA, 2001, p. 221).

Escher (2011) valendo-se da noção de “contramovimento” de Polanyi, sugerindo a atualidade do autor, coloca que os agricultores familiares “se veem na necessidade de reorientar as suas formas de atuação em termos mais propositivos e proativos”, no plano institucional, inclusive, “ocupando postos em instâncias do Estado e colaborando com a formulação de políticas públicas”, constituindo assim, conforme o autor, “como uma série de ‘contramovimentos’ da agricultura familiar” (ESCHER, 2011, p. 139).

Streeck (2012b) ressalta que os conceitos básicos em Polanyi, de terra, trabalho e natureza, podem auxiliar na compreensão de problemas atuais, pois estas “mercadorias fictícias” parecem estar em estado crítico, com o que está em jogo, como resultado da dinâmica da mercantilização avançada, assim alerta que:

Whereas the commodification of money in the course of "financialization" has undermined its collective status as a reliable means of exchange and measure of value, the wasting of nature for commercial purposes is about to destroy the foundations of life as we know it while the marketization of human labor power has reached a point where the physical reproduction of rich societies had to become a public concern (STREECK, 2012b, p. 9).

Dentro da ideia de que se deve reformar a ciência e de que o paradigma atual está em crise, Lisboa (2000) afirma que “Polanyi constitui-se num suporte imprescindível para enfrentar e superar o economicismo e os graves desafios contemporâneos da nossa civilização, proporcionando *insights* e pistas de caminhos

⁷ In: NORTH, Douglass. Le défi de Karl Polanyi, le marché et les autres systèmes d'allocation des ressources. **Revue du Mauss**, Paris, n. 10, 1997, p. 51-64.



seguros que nos ajudam a construir o tão almejado pensamento complexo” (LISBOA, 2000, p. 15), pois a ciência economia está em desconexão com as demais ciências do social (LISBOA, 2008).

Voltando a Ambrosini e Filippi (2008) sugerem “resgatar a obra de Polanyi, trazendo os elementos que caracterizam a economia substantiva para ressaltar a abordagem do SIAL⁸ enquanto referencial para análise de dinâmicas endógenas”, inscrevendo-o “um paradigma de desenvolvimento rural sustentável” (AMBROSINI, FILIPPI, 2008, p. 136).

Nesta mesma linha, sobre a atualidade do pensamento de Polanyi, Vinha (2001, p. 219-220) sugere que seus pressupostos principais quanto ao comportamento social, podem explicar, ao menos parcialmente, fenômenos contemporâneos como o desenvolvimento sustentável.

Escandell (2012) associando o pensamento de Polanyi a um possível republicanismo, coloca que estes, o sistema político e o autor, “coinciden en la necesidad de construir una estrategia para restringir de forma no arbitraria aquellas fuerzas sociales que, por su desproporcionada acumulación de riquezas y recursos”, restringem “la posibilidad de disfrutar de la libertad de forma equitativa a toda la sociedad” (ESCANDELL, 2012, p. 114).

Latour (1999), escrevendo para o jornal Folha de São Paulo, sentenciou: “Se Polanyi, 50 anos depois, permanece exatamente tão novo quanto em seus primeiros dias – enquanto Marx parece tão datado – é porque ele é o *único a ter sabido antropologizar o mercado*” (LATOURE, 1999, ênfase acrescida) e também de “demonstrar que não há nada de natural no capitalismo e nas suas pretensas ‘leis universais’, desse modo retirando qualquer carácter ontológico à economia de mercado” (MACHADO, 2009, p. 146).

De forma ainda mais contundente, finaliza afirmando que “Se este século foi tão frequentemente marxista, o próximo será talvez polanyista” (LATOURE, 1999), com a ressalva de Lisboa (2008), que denuncia que há uma tendência em fazer do autor “uma nova moda intelectual”, negando-o assim, já “que este construiu um pensamento plural e independente, procurando ser livre dos esquematismos vulgares” (LISBOA, 2008, p. 24).

⁸ Conforme Ambrosini e Filippi (2008), Sistema Agroalimentar Localizado.



Será? Pois, na moda discursiva de se superar o paradigma da ciência prevalecente, o próprio Polanyi já anunciava, lá atrás, essa crise, tão alardeada hoje: “No seio da própria ciência surge o espectro da insanidade. Eis o problema que precisa ser resolvido” (POLANYI, 1978).

O que fazer? Dale (2013) diz que a “teoria de Polanyi da forma mercadoria (...) é pouco desenvolvida” e que, além disso, “sua rejeição do conceito de capitalismo o inibiu a investigar alguns dos processos que são indispensáveis à análise da economia mundial contemporânea”, principalmente “a acumulação, competição, concentração e centralização, e desenvolvimento desigual” (DALE, 2013, p. 41).

As leituras e apropriações, o entendimento a recepção a respeito da obra de Karl Polanyi, como se tentou expor, são os mais variados, o que demonstra que o autor ainda precisa ser estudado, indo além da incipiente análise que este artigo propõe.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a despeito das controvérsias (demonstradas no item 2.3, sobre a recepção de sua obra) de aceitação ou não, da relevância ou da ausência desta em Karl Polanyi (se esta está mais limitada a auxiliar no entendimento do capitalismo de seu tempo, àquele relativo aos *anos de ouro*, até a crise que se inicia nos anos 1970 ou se é útil à compreensão das manifestações contemporâneas deste sistema, especialmente a partir desta crise), a obra de Polanyi continua relevante.

Entende-se que a mercantilização se faz presente em todas as instâncias da vida e, a despeito que o neoliberalismo em tempos recentes tenha levado a se assimilar todos os mercados ao *mercado do intercâmbio capitalista*, ainda assim a contribuição da obra de Karl Polanyi pode auxiliar a explicar porque relações pautadas especialmente na reciprocidade permanecem no mundo rural.

Desta forma, se evidenciou que o aporte teórico de Karl Polanyi para o entendimento da mercantilização é uma maneira de contribuir para o entendimento das regiões rurais brasileiras e para o desenvolvimento rural.



REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alfredo Bosi e Ivone C. Benedetti. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 16, nº 02, 2004, p. 35-64.
- AMBROSINI, Larissa B.; FILIPPI, Eduardo E. Da era do desenvolvimento ao desenvolvimento rural: sistemas produtivos localizados sob a perspectiva de Karl Polanyi. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, set./dez., 2008, p. 121-139.
- CARVALHO, Alexandre G. As contribuições de Max Weber e Karl Polanyi ao debate do oikos a partir de suas concepções de economia e de mercado. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**, São Paulo, 2011, p. 1-16.
- DALE, Gareth. Duplos movimentos e forças pendulares: perspectivas polanyianas sobre a era neoliberal. **Otra Economía**, São Leopoldo, vol. 7, n. 12, ene./jun., 2013, p. 26-44.
- ESCANDELL, Bru L. ¿Un Karl Polanyi republicano? **Otra Economía**, São Leopoldo, vol. 6, n. 11, jul./dic., 2012, p. 107-116.
- ESCHER, Fabiano. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural).
- FOUCAULT, Michel. Espaço e poder. Trad. Heloísa B. de Holanda e Lucia Canedo. **Revista do Patrimônio**, Brasília, nº 23, 1994, p. 139-145.
- GRAÇA, João C. Afinal, o que é mesmo a Nova Sociologia Econômica? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 73, dez./2005, p. 111-129.
- LATOUR, Bruno. O curto-circuito da economia. Trad. Jesus de Paula Assis. **Folha de São Paulo**, Caderno mais!, São Paulo, 07 fev./1999.
- LEITE, Kelen C. As possíveis contribuições do MAUSS (Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais) para repensar as relações entre estado, mercado e sociedade civil. **Interações – Cultura e Comunidade**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2007, p. 13-34.
- LIMA, Dora de. Dar ou furtrar? Presentes, tributos e as ambiguidades da diplomacia luso-africana em Angola à luz dos “sistemas econômicos” de Karl Polanyi (séculos 17 a 19). **Sciences de l’Homme et de la société**, version 1, Paris, avr./2013.
- LISBOA, Armando de M. A atualidade de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico. **Otra Economía**, São Leopoldo, vol. II, nº 3, 2º sem./2008, p. 7-26.



_____. A crítica de Karl Polanyi à utopia de mercado. **SOCIUS Working Papers**, Lisboa, nº 2, 2000, p. 1-22.

MACHADO, Nuno M. C. **Sociedade versus mercado – Notas sobre o pensamento econômico de Karl Polanyi**. Lisboa: UTL/ISEG, 2009. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Econômica e das Organizações).

MARTINS, Paulo H. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. – Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais. **RBCS**, São Paulo, vol. 23, nº 66, fev./2008, p. 105-130.

PAULILO, Maria I. Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt. **Serviço Social em Revista**, Londrina, vol. 8, n. 1, jul./dez., 2005.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Trad. Fanny Wrobel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

_____. Nossa obsoleta mentalidade mercantil. S./trad. **Revista Trimestral de História das Ideias**, Porto, n. 1, 1978.

PRIETO, Carlos. Karl Polanyi: crítica del mercado, crítica de la economía. **Política y Sociedad**, Madrid, vol. 21, 1996, p. 23-34.

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sergio. Nas teias da Economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, mai./ago. 2007, p. 249-284.

REIS, Elisa P. As ciências sociais e o *bug* do milênio. **RBCS**, São Paulo, vol. 14, nº 39, fev./1999, p. 5-11.

SABOURIN, Eric. A qualificação das transações econômicas: aportes e limites da contribuição de Karl Polanyi. **30º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2006, p. 1-18.

SACHS, Ignacy. Entre Polanyi e Von Hayek. Trad. Danielle Ardaillon. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 12, nº 2, abr./jun., 1992, p. 10-17.

SANTOS, Antonio B. Necessidade de uma economia solidária: a visão de Karl Polanyi sobre os mercados. **Ideas**, St. Louis, 2004, p. 1-14.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, ano 13, nº 27, Porto Alegre, mai./ago., 2011, p. 180-219.

SILVA, Fabiano A. G., *et all*. Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado de Cruz (Currais Novos/RN). **RECADM**, Campo Largo, v. 10, n. 2, jul./dez., 2011, p. 93-106.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. Trad. Marian Toldy e Teresa Toldy. Coimbra: Actual, 2013.



_____. How to study contemporary capitalism? **European Journal of Sociology**, Cambridge, vol. 53, nº 01, may./2012b, p. 01-28.

_____. As crises do capitalismo democrático. Trad. Alexandre Morales. **Novos Estudos**, São Paulo, 92, mar./2012a, p. 35-56.

VINHA, Valeria da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, dez./2001, p. 207-230.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2002, p. 805-824.

